

**X LEGISLATURA – 3ª SESSÃO LEGISLATIVA**  
**Relatório da Audiência concedida a representantes de empresas do Sector Têxtil, Leiria**  
**29 de Janeiro de 2008**

Aos vinte e nove dias do mês de Janeiro de dois mil e oito, pelas 17 horas, reuniu um Grupo de Trabalho em representação da Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional (CAEIDR) com representantes de empresas do Sector Têxtil.

O Grupo de Trabalho era constituído pelos seguintes Srs. Deputados:

- Teresa Venda (PS), coordenadora
- Emídio Guerreiro (PSD)
- Helder Amaral (CDS-PP)
- José Soeiro (PCP)

A Delegação das empresas era composta por:

- Manuel Fareleiro Arnaut, das empresas FARELEIROS – PIVOT – FIAR – FINISTEX
- António Fino, das empresas V. FINO – FIAR – FINISTEX
- João Barros, das empresas FÁBRICA BARROS – FIAR – FINISTEX

**Assunto:** *Apresentação de dossier sobre dificuldades de um grupo de empresas do sector têxtil e confecção do interior norte do distrito de Leiria.*

A Sra. Deputada Teresa Venda começou por dar as boas vindas e apresentar os Srs. Deputados presentes. De seguida, deu de imediato a palavra aos representantes das empresas mencionadas, para exposição sobre o motivo do pedido de audiência.

A intervenção foi distribuída pelos três elementos da Delegação, e intercalada com um diálogo com os Srs. Deputados presentes, podendo ser resumida do seguinte modo (de acordo com os dados fornecidos pelos empresários):

### **1. Enquadramento das empresas**

A delegação era composta por representantes das seguintes empresas:

- *Fareleiros, Fábrica de Lanifícios, S.A.*
- *Pivot, Confecções, Lda.*
- *V. Fino, Lda.*
- *Fábrica Barros III, Lda.*

Estas quatro empresas estão interligadas pois decidiram ter em comum para a sua actividade têxtil a parte de acabamentos através das seguintes empresas:

- *Fiar, Fiandeira de Avelar, S.A.*
- *Finistex, Ultimadora de Tecidos, S.A.*

## 2. Inserção no tecido económico e social

- Localização: interior norte do distrito de Leiria – Castanheira de Pêra
- Volume de emprego: **cerca de 550 postos de trabalho**
- Volume de negócios anual: **FARELEIROS – 3 milhões €; PIVOT: 3 milhões €; V.FINO: 3,35 milhões €; FÁBRICA BARROS: 2,5 milhões €.** No total são cerca de 12 milhões €, dos quais 94% se destinam à exportação, sobretudo para Alemanha, França, Inglaterra, Benelux, Escandinávia e Espanha.

## 3. Dossier das empresas – evolução e estado actual

- **1999:** V. Fino e Fareleiros apresentam **candidaturas independentes ao IMIT<sup>1</sup>** e Fábrica Barros em início de processo de **deslocalização industrial** de Lisboa para Castanheira de Pêra, em **conjunto com o SIRME<sup>2</sup>** e um projecto do IMIT. A deslocalização da Fábrica Barros foi incentivada na sequência do processo de reconversão urbanística da zona oriental da cidade e área de influência da EXPO 98 e assentava financeiramente na rentabilização imobiliária das instalações da fábrica em Lisboa. O processo de deslocalização foi dinamizado por iniciativa do IAPMEI, tendo para o efeito havido um parecer/compromisso da Câmara Municipal de Lisboa (CML) inicial para reconversão do terreno da fábrica para construção habitacional com um índice de ocupação imobiliária de 2,5, posteriormente reduzido para 2.
- **2000:** Fábrica Barros passa a ser **accionista em partes iguais** com a V. Fino e a Fareleiros.
- **2002:** com o encerramento da Mondorel e sua posterior compra pela REVITATÊXTIL, iniciam-se negociações para uma **entrada accionista deste conjunto de empresas na FIAR e FINISTEX** dando origem à sua entrada no capital social e reformulação dos investimentos industriais na FIAR e FINISTEX para fazer face ao projecto da REVITATÊXTIL (produção estimada de 1.000.000 metros/ano). A posição accionista deste conjunto de empresas na FIAR e FINISTEX configura **grupo de empresas** não juridicamente constituído.
- **2004:** encerramento da REVITATÊXTIL.
- **Actualmente:** vários contratempos burocráticos levaram a um atraso significativo do projecto imobiliário, com consequências negativas para a Fábrica Barros. Entretanto, com a suspensão recente por parte da CML dos projectos imobiliários dos últimos 4 anos<sup>3</sup>, a situação ficou bloqueada, tendo, em consequência, a instituição Bancária – CAIXA GERAL DE DEPOSITOS – envolvida no processo cortado o crédito à empresa. Presentemente, estão em causa:
  - A viabilidade de quatro empresas
  - 600/650 postos de trabalho.
  - Excelente carteira de encomendas, mas impossibilidade de manter laboração normalizada pelos problemas de tesouraria.
  - Perda de confiança com mercado.
  - Atrasos no pagamento a fornecedores – que impede o início do processo de produção do ano (processo sazonal e que, a não ser feito nesta altura, implica a inviabilização do negócio do ano)
  - Atrasos de pagamento ao Estado, com processos de execução fiscal.

---

<sup>1</sup> Iniciativa para a Modernização da Indústria Têxtil.

<sup>2</sup> Sistema de Incentivos à Revitalização e Modernização Empresarial.

<sup>3</sup> cf. Anexo 1.

#### 4. Contexto da audiência pela CAEIDR

Os representantes das empresas enviaram um pedido de audiência à Assembleia da República, idêntico ao enviado para:

O Primeiro-Ministro,  
Ministro da Economia e da Inovação  
IAPMEI.

Até ao momento, a única entidade que os ouviu foi a CAEIDR, tendo sido concluído que o tipo de intervenção para o processo relatado exige a intervenção prioritária do IAPMEI e da Câmara Municipal de Lisboa. Nesse sentido, os Srs. Deputados presentes assumiram o encargo de dar conta à CAEIDR do conteúdo da audiência e dos problemas sentidos por este grupo de empresas, e aí colocar à consideração as diligências que forem consideradas adequadas. Recomendaram, entretanto, aos representantes das empresas o contacto com a Câmara Municipal de Lisboa para averiguar da situação relativamente aos projectos imobiliários, bem como com o IAPMEI no sentido de ser reanalisado o processo de saneamento financeiro das empresas.

A Sra. Deputada Teresa Venda agradeceu a exposição feita e os esclarecimentos prestados, e deu por terminada a reunião pelas 18h30, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Lisboa, 6 de Fevereiro de 2007.

A Deputada coordenadora,

---

(Teresa Venda)

Anexo 1

CISION

ID: 19359440

Publico P

10-01-2008

Tiragem: 55700

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 25

Cores: Cor

Área: 26,62 x 16,24 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1



## Câmara de Lisboa prepara-se para declarar nulos negócios e licenciamentos postos em causa por sindicância

Ana Henriques

Decisão, que amanhã será discutida pela câmara, pode originar inúmeros pedidos de indemnização por parte de construtores e promotores imobiliários

● A Câmara de Lisboa prepara-se para declarar a nulidade de vários negócios imobiliários que celebrou no passado e de alguns licenciamentos particulares que aprovou e foram postos em causa na recente sindicância efectuada aos serviços de urbanismo da autarquia por uma magistrada do Ministério Público.

Em causa estão, entre outros casos, a venda de terrenos municipais a uma empresa imobiliária no Vale de Santo António antes de ser elaborado para o local um plano urbanístico, bem como aprovações relacionadas com o mega-empreendimento Alcântara XXI, que deveria ocupar uma vasta área, incluindo três quarteirões do arquitecto francês Jean Nouvel. Neste último caso estão em causa as alterações feitas pelo executivo ao Plano Director Municipal, através do regime simplificado, para que o projecto pudesse ser aprovado, e que a sindicância considera susceptíveis de

Câmara vai reunir-se extraordinariamente para discutir sindicância



declaração de nulidade. Será também o caso de um loteamento de terrenos municipais nas Orlas, bem como do plano de pormenor do Parque Oriente, correspondente a um quarteirão da Av. do Infante D. Henrique onde funcionou a Fábrica Barros. Estas e outras declarações de nulidade vão

ser propostas amanhã pela maioria socialista e pelo vereador eleito pelo Bloco de Esquerda Sá Fernandes numa reunião extraordinária convocada para discutir o relatório da sindicância. Ligeiramente diferente poderá ser a posição do PCP, que ontem defendeu, em comunicado, a "suspensão"

de todos os processos onde a sindicante detectou ilegalidades.

De acordo com o gabinete de José Sá Fernandes, este vereador irá propor "a criação de um grupo de trabalho composto por personalidades idóneas e com provas dadas em matéria de gestão urbanística" para

acompanhar todos os processos deste sector, "nomeadamente os aspectos sensíveis em matéria de risco de corrupção".

As declarações de nulidade que venham a ser aprovadas poderão seguir-se uma chuva de pedidos de indemnização em tribunal por parte dos construtores e promotores que se sintam lesados. Os vereadores sabem-no, e vários dos que pertencem à oposição, como o social-democrata Fernando Negrão ou a independente Helena Roseta, defendem que o parecer da magistrada responsável pela sindicância não é suficiente para garantir uma vitória judicial à autarquia. Roseta quer ver também inspeccionados os serviços camarários do património, planeamento urbano, actividades económicas, obras municipais e mesmo os serviços de fiscalização e a polícia municipal. E dá o caricato exemplo, referido na sindicância, de dois octogenários assinarem parte significativa dos projectos de particulares postos à aprovação camarária — em que se suspeita de assinatura de favor a troco de dinheiro.

Para o PCP, mesmo a actual gestão camarária já tomou decisões susceptíveis de anulação, como as aprovações "do projecto da EDP para a Boavista e do 'mamarracho' para o gaveto da Rua de Alexandre Herculano com a Rua do Salitre".